

Ata Reunião CAEN nº 07b – 17/09/2018

1 Às oito horas e quarenta e cinco minutos do dia dezessete de setembro de dois mil
2 e dezoito, reuniram-se os membros do Comitê Assessor de Ensino (CAEN) e as
3 Coordenações de Proeja dos *campi* do IFFar, tendo como pauta: a) Processo
4 Seletivo; b) diagnóstico e encaminhamentos do registro dos 20% de atividades não
5 presenciais; c) Proeja FIC: encaminhamentos; d) orientações sobre a revisão dos
6 PPCs; e) Formação Continuada para Professores do Proeja; e) Plano de Ações
7 EJA/EPT; f) PDI; e g) assuntos gerais. Joze deu as boas vindas às 8h45. Falou
8 brevemente sobre a necessidade e importância de fortalecimento do Proeja na
9 Instituição. Reforçou que a oferta de Proeja FIC tem como principal objetivo
10 fortalecer o EM. Em nível nacional, somos referência, mas ainda precisamos
11 aperfeiçoar as ações e torná-las institucionais. Daiele fez um breve histórico sobre
12 cursos técnicos com foco no Proeja e nas atuais diretrizes Institucionais. De
13 imediato, Cléia reforçou o papel das Políticas Públicas de EJA. Antes de iniciar a
14 pauta prevista, cada coordenador de Proeja se apresentou e falou brevemente
15 sobre a realidade desta modalidade em cada *campus*: 1) SAN Técnico em Estética -
16 Gabriela (dificuldade: permanência); 2) SVS Técnico em Agroindústria - Ana Paula
17 (dificuldade: formar turma; carência de Proeja FIC em todos os eixos; necessidade
18 de curso noturno); 3) PB Técnico em Edificações (muitos anos/ofertas) - Carla
19 (buscam experiências dos demais *campi* para fortalecer o Proeja); 4) SA Técnico
20 Agroindústria - Janice (evasão no primeiro ano; desejo de oferta de Proeja FIC
21 [proposta de oferta na área de recursos naturais - no aguardo de retorno da
22 Prefeitura]); 5) JC Técnico em Comércio e FIC Assistente Administrativo - Rosane
23 (dificuldade: permanência no primeiro ano, principalmente por questões
24 socioeconômicas); 6) JA implantação Proeja FIC - Raquel (Proeja EM não tinha
25 procura, visto que o público alvo não cursou ensino fundamental; Prefeitura dará
26 contrapartida, pois há demanda de capacitação; necessidade de
27 diálogo/procura/insistência com a Prefeitura); 7) AL Técnico Manutenção e Suporte
28 em Informática - Fábio e Agroindústria - Andreia (dificuldade: matrícula/fechar
29 turmas; distância da cidade [possibilidade de mudar logística do local de realização
30 das aulas]; existência de oferta de Curso Proeja em outra instituição, no centro da
31 cidade, com duração de um ano e meio [não profissionalizante, mas já atende, no
32 momento, as necessidades da comunidade]); 8) SB Técnico em Cozinha -
33 Guilherme (25 alunos formandos neste ano; negociação junto a Prefeitura para
34 oferta de Proeja FIC, na área de Cozinha [verticalização]); 9) SR Técnico em
35 Vendas - Cátia (ano que vem será alterada oferta para área de Alimentos; no
36 aguardo de retorno da Prefeitura para estabelecer parceria). Diego e Cadiani, da
37 Secom, também participaram da reunião com o objetivo de acompanhar as ações e
38 auxiliar na divulgação dos cursos. Em seguida, Édison reforçou o papel dos
39 Institutos Federais, focando em: interiorização, verticalização, acesso, inclusão,
40 permanência e êxito. Contudo, é possível, com base nas experiências exitosas do
41 IFFar, dar conta das demandas e fortalecer o Proeja na Instituição. Também deu
42 alguns exemplos de possibilidades de ações para se alcançar os objetivos:

43 certificação para integração/verticalização, considerar contextos/realidades,
44 apoio/integração entre coordenação de curso e direção de ensino, flexibilização da
45 forma/oferta. De acordo com Portaria de Coordenações/Funções (ver Organograma
46 IFFar no site Institucional), cada curso terá um coordenador nas diferentes formas.
47 Por exceção, cada curso Proeja terá um coordenador (sobre os cursos FIC ainda
48 não há definição). Fragilidade de alguns cursos como Alimentos e Agroindústria -
49 dificuldade em diferenciar cada um, perfil exigido. Pensar novos cursos, mas não
50 novos eixos (considerar recursos humanos que temos; remoção, realidade no
51 Brasil). Estudar o catálogo de cursos técnicos possíveis de serem ofertados dentro
52 dos eixos existentes nos *Campi* e a ênfase tecnológica. Cléia retomou a pauta com
53 apresentação de *power point*. Comentou sobre a nova nomenclatura em nível
54 nacional - EJA/EPT (PROEJA): continua menção ao programa, visto que toda a
55 legislação ainda se refere dessa forma. Foi mencionada brevemente a legislação e
56 o documento base da EJA. Sobre o Processo Seletivo, foram destacadas as
57 facilidades, dificuldades e perspectivas, com base em diagnóstico prévio feito com
58 as coordenações dos cursos de Proeja. Sobre as dificuldades para preenchimento
59 de vagas e acesso de alunos, foi sugerida alteração de cronograma do Processo
60 Seletivo, a fim de facilitar essas questões. Conforme Resolução CONSUP 002/2018
61 sobre Processos Seletivos, “os Cursos Técnicos Integrados e Cursos Técnicos
62 PROEJA terão mantidos os procedimentos ora adotados, por meio de processo
63 seletivo próprio e de critérios socioeconômicos, respectivamente”. Foi sugerido que
64 a palestra inicial e inscrição poderiam ocorrer no mesmo dia, a fim de otimizar os
65 momentos de deslocamento até o *campus*. AL sugeriu autonomia por *campus* para
66 PS, tendo em vista que a maioria dos cursos não fecha turma, o que Joze lembrou
67 que temos um calendário acadêmico institucional e a Resolução CONSUP Nº
68 13/2016, artigo 24, que estabelece o número mínimo de 25 alunos matriculados
69 para abertura de turma, a fim de garantir a sustentabilidade financeira do curso.
70 Precisamos facilitar o acesso e a permanência, sem desconsiderar o calendário
71 acadêmico e as diretrizes vigentes. JA também concorda com AL, no sentido de
72 assegurar os alunos e considerar as especificidades de cada *campus* (sem ferir os
73 regulamentos, mas propondo novas formas, discutindo as normativas/resoluções
74 atuais). Derleida explicou que a confirmação de vaga pode ocorrer junto da inscrição
75 (a dificuldade é juntar documentação necessária). Em consulta com Deisi e Andrea,
76 para esse PS não há mais o que fazer (comissões locais de PS tem papel de
77 discutir nos *campi* com coordenações e encaminhar sugestões, o que já foi
78 realizado e cujo prazo já está expirado; edital já está no Gabinete). No entanto, foi
79 esclarecido que o edital dos Cursos PROEJA tem termo de pendência para
80 complementação de documentos faltantes. Guilherme SB manifestou a importância
81 dos Coordenadores de Curso participarem das Comissões Locais do PS, o que
82 Joze se comprometeu em levar essa pauta para discussão no CAEN. Como
83 nenhuma regulamentação irá mudar para o ingresso em 2019, o que pode ser feito
84 para minimizar as dificuldades nos próximos PS é: 1) alargar o período de inscrição,
85 de modo que o final seja próximo ao início das aulas; 2) atividades de sensibilização
86 e apresentação do curso, *campus*, realidade; 3) não há como mudar o PS 2018,

87 mas a pauta é relevante e necessária no sentido de retomar as discussões e
88 aperfeiçoar o processo daqui em diante; 4) estratégias para divulgação (rádio e
89 Prefeituras). Proposta de criar campanha institucional para divulgação e busca ativa
90 do PROEJA: já há articulação com Ascom e DPDIs dos *campi*, mas a ideia é propor
91 campanha permanente. Além de todas as mídias disponíveis, o que ainda conta
92 muito para a divulgação é o “boca a boca”, os relatos diretamente na comunidade.
93 Reforçou-se a necessidade de integração/trabalho de toda a equipe no *campus*,
94 compreendendo que o PS dos Cursos Proeja também são de responsabilidade
95 institucional e não apenas dos coordenadores de curso. Diego expôs que algumas
96 instituições não usam mais a nomenclatura “Processo Seletivo”, mas “Ingresso”,
97 com o objetivo de não afugentar os estudantes. Arte do PS foi enviada pela Secom,
98 há dez dias, aos *campi* para DPDIs, Ascom e Gabinetes. Dando continuidade à
99 pauta, o próximo ponto tratado foi acerca de dados gerais do PROEJA no IFFar
100 como vagas ofertadas, matrículas, vagas não ocupadas, entre outros, extraídos do
101 SISTEC e SIGAA. Sobre a forma de registros dos Cursos PROEJA FIC no SISTEC,
102 alertou-se para o fato de que esses cursos devem ser informados como cursos
103 integrados e não concomitantes (gerando, assim, mais recursos), uma vez que
104 demanda a elaboração de um PPC integrado, mas duas matrículas (uma no
105 município e outra no IFFar). Além disso, é importante demarcar no SISTEC que
106 trata-se de Cursos “PROEJA FIC” (não informar apenas Curso FIC). Necessidade
107 de especificar, para inclusão no sistema, quais cursos são Proeja e Proeja FIC
108 (Integrado e Concomitante). Cursos FIC, de curta duração, são de responsabilidade
109 da Extensão. Alimentação e atualização do SISTEC são imprescindíveis, por isso a
110 importância de analisar os dados extraídos do sistema (PROEN encaminha esses
111 dados mensalmente aos *campi* para a lista gestão do ensino). Sobre o atendimento
112 aos percentuais da Lei 11.892/2008, em nível institucional, a oferta de cursos Proeja
113 não está atendendo (apenas 6.6% de 10%) - necessidade de, no mínimo, oferta de
114 um curso PROEJA Integrado por *campus*. Cursos de Formação de Professores,
115 com mais de 160 horas, precisam estar registrados na Extensão e SISTEC (14% de
116 20%). Necessidade de ações de PPE para o PROEJA (taxa de evasão de 20%). De
117 acordo com a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), os índices, aproximados, nos ciclos
118 são: conclusão - 36%; evasão - 54%; retenção - 9%. O próximo ponto de pauta
119 discutido foi em torno das atividades não presenciais (20%). Foi mencionado o que
120 contempla tais atividades não presenciais (Resolução CONSUP 102/2013). Sobre
121 contabilização de 20% da carga horária não presencial do PROEJA, há equivalência
122 entre “carga horária total do curso” e “carga horária por disciplina”. Enfatizou-se a
123 diferença da possibilidade de oferta dos 20% EaD dos cursos superiores dos 20%
124 de atividades não presenciais do PROEJA, uma vez que essas atividades não
125 presenciais não necessitam de um AVEA. Esclarecimento que os 20% são uma
126 forma de metodologia para facilitar a aprendizagem dos alunos e não para fechar
127 carga horária dos professores que não podem ir, por exemplo, ao *campus* em
128 determinado dia - é preciso planejamento para o desenvolvimento desta carga
129 horária como atividade não presencial (com comprovação). Daí ele historicizou o
130 processo de definição da atual carga horária que temos nos Cursos Proeja. Plano

131 de Ensino do PROEJA - no SIGAA, carga horária deve ser registrada no diário de
132 classe (fechar 48 horas no histórico escolar - a princípio, para o ano que vem,
133 SIGAA será alterado). Atualmente, tanto no plano de ensino quanto no diário de
134 classe, 8 horas devem ser registradas como observação. Os cursos PROEJA FIC
135 não será registrado no SIGAA (não existe módulo Fundamental). Termo de
136 Convênio, enviado em maio pela PROEN, deve ser firmado para encaminhamento e
137 andamento, no ano que vem, para oferta de cursos PROEJA FIC (até o momento,
138 formalmente, a PROEN tem conhecimento dos *campi* JA e JC). Neste momento, o
139 *Campus* AL informou que também está estabelecendo contato com a Prefeitura
140 para oferta de Cursos PROEJA FIC ainda para o ano de 2019. Encaminhamentos
141 para o ano que vem, a fim de fortalecer as atividades a serem realizadas na carga
142 horária de 20% não presencial: primeiramente, registrar as atividades a serem
143 realizadas, fazer reunião com colegiado de curso, solicitar assessoria pedagógica
144 dos *campi*, socializar experiências entre os *campi*; posteriormente, pensar em
145 propor atividades/metodologias integradas. No início da tarde, foram dados os
146 encaminhamentos na pauta dos 20% conforme tabela em anexo. Para registro das
147 visitas técnicas no cômputo da carga horária deve ter uma distribuição entre as
148 disciplinas ou PPI, tendo o cuidado de não sobrepor carga horária. Lembrar sempre
149 que o diário é da classe e não do professor (cuidar a duplicidade de registra de CH
150 para a mesma atividade - não registrar, por exemplo, 8 horas em todas as
151 disciplinas para uma única visita). A seguir, a pauta versou sobre a revisão das
152 diretrizes institucionais dos cursos técnicos e, conseqüentemente, dos PPCs. Daiele
153 historicizou o processo de elaboração e revisão. Aguardou-se as definições da
154 BNCC. Atualmente, enquanto Rede, discussões e encaminhamentos vêm sendo
155 dados, no sentido de fortalecer o Ensino Médio Integrado. Assim, ano passado, a
156 minuta das diretrizes foi compartilhada com os *campi* para contribuições. Esse ano,
157 após compilado das sugestões, reuniões aconteceram a nível de CAEN.
158 Adequações foram feitas conforme regulamentações e experiências institucionais.
159 Estima-se que até final deste mês, a primeira versão final será encaminhada aos
160 *campi* com check list a ser respondido a nível de *campus*, no sentido de questionar
161 e definir os principais encaminhamentos e as principais decisões. Reuniões para
162 discussões devem ser feitas em cada *campus* com todos os segmentos
163 relacionados ao ensino (um *check list* por *campus*). Posteriormente, em outubro,
164 será desenvolvida pesquisa com os alunos concluintes dos cursos a respeito do
165 currículo (coordenadores de cada curso deverão conversar com os alunos e
166 direcioná-los para responder o questionário). Por fim, após mudanças nas diretrizes,
167 serão retomadas as discussões para reformulação dos PPCs (final de outubro até
168 início de 2019) para implementação em 2020. Para isso, a logística de reformulação
169 iniciará com estudo do perfil do egresso contido no catálogo de cursos técnicos.
170 Perfil do egresso - escrita (documento compartilhado) com contribuição de todos os
171 coordenadores. Para reformulação, não focar na carga horária, mas no perfil do
172 egresso e das reais necessidades de conhecimento para cada curso. Metodologia
173 de trabalho: reuniões por videoconferência e com recurso do *google drive*.
174 Panorama prévio com perfil do egresso para definir logística de reformulação de

175 cada PPC. O currículo deve permanecer único, no sentido do perfil do egresso. De
176 acordo com a forma (subsequente, integrado, PROEJA), conteúdos podem ser
177 realocados dentro de cada disciplina, mas garantindo o foco do perfil. Considerar
178 também disciplinas optativas e eletivas (conforme têm sido definidas nas diretrizes).
179 Neste grupo também foi explicada a oferta de línguas estrangeiras. Conforme
180 BNCC, a oferta de língua inglesa é obrigatória (não necessariamente em todos os
181 anos). A oferta de segunda língua pode continuar existindo de acordo com as
182 necessidades de cada curso de diferentes maneiras (Centro de Idiomas,
183 optativa/eletiva, projeto de ensino/extensão). Para reformulação do perfil, é preciso
184 considerar catálogo e CBO. AL acredita que começar pelo perfil não seja a melhor
185 metodologia, pois outros problemas parecem ser maiores. Daí ele explicou que
186 começando pelo perfil será possível ver se a oferta de cada curso da forma que está
187 pode permanecer. Tudo está relacionado e entrelaçado, inclusive o PDI (para os
188 próximos oito anos). Joze reforçou sobre a importância de todos participarem das
189 discussões para revisão dos documentos (com representação dos pares),
190 enfatizando a importância da oferta de Cursos PROEJA em todos os *campi*. Após
191 revisão da Resolução CONSUP 102/2013 (Técnicos), a Resolução CONSUP
192 39/2016 (PROEJA) também sofrerá alterações. Joze informou que na última reunião
193 da Reditec, semana passada, FDE construiu e encaminhou as Diretrizes Indutoras
194 dos Cursos Técnicos Integrados. O MEC propôs discussão do quinto eixo -
195 profissionalizante. Posicionamento da Rede é fortalecer o Ensino Médio Integrado.
196 A partir do perfil do egresso, será possível pensar em modelo de PROEJA
197 institucional. PB apresentou uma ideia modular (seriada) com material único, ou
198 seja, uma metodologia diferenciada. Porém, se reprova em um módulo, precisa
199 refazer todo o módulo novamente. Para oferta semestral, deveria ser garantido
200 calendário e oferta (ingresso) também semestral. É preciso se apropriar da
201 legislação (nacional e institucional), para conseguir elaborar uma proposta. A partir
202 disso, foi proposto um GT, com 4 ou 5 membros (Cléia assessora) para pensar
203 metodologia/organização, conforme especificado na tabela em anexo. Dando
204 continuidade, foram apresentadas informações relacionadas ao PROEJA FIC.
205 Tempo social é semelhante às atividades não presenciais (considerar, por exemplo,
206 tempo de trabalho na padaria, no caso aluno padeiro em curso de panificação).
207 Divulgação dos editais de auxílio para os alunos de PROEJA FIC. JC ponderou que
208 Edital PROEJA FIC precisa ter inscrição até fevereiro, com divulgação a partir de
209 agora. Para 2019, AL, JA e JC ofertarão PROEJA FIC. Por enquanto, cada *campus*
210 gerencia seu ingresso. Joze reforçou a necessidade de demarcar a obrigatoriedade,
211 no PDI, de pelo menos uma oferta obrigatória de PROEJA FIC e uma de PROEJA
212 Integrado ao EM por *campus*. Cronograma para implementação do PROEJA FIC a
213 ser atualizado e definido para encaminhamento na primeira reunião do CONSUP em
214 2019. A respeito da pauta de Formação Continuada para professores que atuam no
215 PROEJA, Cléia apresentou proposta de Curso de Formação Inicial e Continuada -
216 FIC para Docentes e TAEs em Educação no IFFar e Municípios para
217 desenvolvimento em 2019 (aproximadamente 160 horas). Como encaminhamento,
218 foi sugerida a construção de outro GT, conforme tabela em anexo. Joze enfatizou

219 importância da integração do coordenador dos cursos PROEJA com SAP, CGE e
 220 DE. Por fim, Joze recapitulou todos os encaminhamentos. Sobre o Plano de Ação -
 221 proposições serão retomadas (apenas ver proposta e o que já vem sendo feito). A
 222 reunião deu-se por encerrada às 16 horas e 40 minutos. A lista dos presentes
 223 encontra-se em anexo.

ANEXO - PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS

PAUTAS	ENCAMINHAMENTOS
Diagnóstico do PROEJA: atividades não presenciais (20%)	2º sem/2018: Registrar e descrever as 8h no diário de classe das atividades não presenciais (e, previamente, no plano de ensino); Anexar as atividades no SIGAA (resgatar o que for possível desde o início do ano). Para 2019: proposição de atividades/metodologias integradas (possibilidades a serem definidas posteriormente).
Processo Seletivo	Levar ao conhecimento do CAEN: - revisão dos critérios de seleção para ingresso nos Cursos PROEJA; - solicitação dos coordenadores de curso para fazerem parte da Comissão Local do PS; - maior apoio institucional/ <i>Campi</i> no PS do Proeja.
Proeja FIC Convênios	Firmar convênio com as Prefeituras para encaminhamento do PPC do Curso PROEJA FIC, na primeira reunião do CONSUP em 2019 (AL, JA e JC); Atualizar o cronograma para implementação do PROEJA FIC.
Revisão dos PPCs	Formar, primeiramente, GT com 4 ou 5 membros (com assessoramento da Cléia) para propor metodologia/organização dos cursos PROEJA (partir de proposta de experiência do IFSC); Apresentar sugestões de proposta ao grupo em reunião ainda este ano (presencial ou videoconferência - a definir data); GT: Cléia PROEN, Lucas JA, Guilherme SB, Janice SA, Rosane JC, Carla PB e Andreia AL (prazo de vigência do GT: até maio de 2019).
Formação para Professores do Proeja	Pensar proposta de Curso de Formação Inicial e Continuada - FIC para Docentes e TAEs em Educação no IFFar e Municípios; Resgatar proposta de JC (visita dos <i>Campi</i> SR e SA, dia 05 de outubro); Cléia fará primeiros encaminhamentos (minuta de proposta).
Plano de Ações EJA/EPT	Analisar o material, a fim de compreender o que vem sendo pensado na Rede para o PROEJA.
PDI	Ir ao encontro dos Gestores de Ensino e representantes dos <i>Campi</i> nas Comissões do PDI, enfatizando a importância da previsão de oferta dos Cursos PROEJA no PDI 2019-2026.